

CCF dificulta acesso ao crédito externo

Estados e municípios ficarão dois anos sem aval da União para empréstimos

Leandra Peres

• BRASÍLIA. Depois de dar mais um ano para que seis estados paguem a parcela de 20% da dívida que renegociaram com o Governo federal, a equipe econômica resolveu apertar o acesso de todos os estados e municípios aos créditos externos. Como a maioria dos empréstimos internacionais a estados e municípios só é concedida com o aval da União, a Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF) ampliou por mais dois anos o prazo durante o qual a União está proibida de dar garantias a esses financiamentos.

O prazo venceria no fim deste ano e, a partir de janeiro, a União retomaria a concessão de aval para os empréstimos externos dos estados e municípios. Caso isso acontecesse, eles poderiam aumentar o endividamento, piorando o resultado das contas do Governo e dificultando o cumprimento da meta para 1999 de déficit para todo o setor público de 4,7% do PIB, fixada no acordo com o FMI.

Medida do Governo prevê algumas exceções

A recomendação da CCF foi adotada nas últimas reuniões coordenadas pelos secretários-executivos do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, e da Fazenda, Pedro Parente. A medida prevê exceções nas quais a União poderá avalizar as operações estaduais e municipais. Se o empréstimo for para melhorar o resultado primário do setor público — como, por exemplo, para tornar a arrecadação mais eficiente — o Governo poderá autorizar a operação. O entendimento da

equipe econômica é que, nesses casos, a dívida vale a pena porque a longo prazo poderá trazer ganhos. O seguro de crédito às exportações também ficou fora das limitações.

Exigências tornam liberações mais difíceis

Quem tiver conseguido autorização do Ministério do Planejamento antes de 10 de novembro de 1997 para tomar empréstimos também poderá ser considerado um caso excepcional e receber o aval da União. Mas as exigências são tantas que inviabilizam a operação. Para que os ministros da Fazenda e do Planejamento autorizem o financiamento com aval federal é preciso que estado ou município esteja cumprindo o acordo de renegociação de sua dívida com a União, que esteja em dia com todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, e que tenha tido um resultado positivo em suas contas, sem levar em consideração o pagamento de juros, nos 12 meses anteriores à autorização.

— É uma medida muito mais preventiva que arrecadatória. O que queremos evitar mesmo é que os estados e municípios aumentem sua dívida com permissão da União. Se quiserem tomar o dinheiro sem aval federal podem fazê-lo. O problema é que as taxas de juros são proibitivas, pois os financiadores externos desconfiam da capacidade de pagamento dos estados — explicou uma fonte da equipe econômica.

O corte de R\$ 900 milhões a R\$ 1 bilhão no investimento das estatais foi formalizado ontem, com a publicação da medida no Diário Oficial da União. ■